



Ano I Nº 225
14 Março 2007

Índice

| | |
|--|----|
| Encontro do Setor Aeroespacial Mercosul-União Européia | 01 |
| Gerda conquista acordo nos EUA | 02 |
| Sindicalistas atacam concessões a ricos na OMC | 03 |
| AFL-CIO vai lutar contra renovação da TPA | 03 |
| Sindicalistas frustram plano de Bush na Colômbia | 04 |

INTERNACIONAL

Encontro do Setor Aeroespacial Mercosul-União Européia

Terminou nesta quarta-feira hoje em São José dos Campos, o Encontro do Setor Aeroespacial Mercosul-União Européia, que reuniu representantes sindicais do setor desde segunda-feira (12). O evento contou com a presença de trabalhadores da América Latina – Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai – e da União Européia (Espanha).

O encontro faz parte do projeto Laboratório Industrial Sindical (SindLab), que promove a aproximação e a troca de informações de trabalhadores do mesmo setor, assim como a delimitação de objetivos comuns para definições de políticas industriais. A SindLab possui um site (www.sindlab.org), uma ferramenta que trabalha justamente para o compartilhamento destas informações.



‘A nossa união acaba forçando um respeito, pois o que sintetiza o objetivo é a solidariedade internacional para que os modelos de negociação coletiva funcionem na prática’, disse Juan Manoel Tedada, secretário de Política Industrial da Comisiones Obreras (CC.OO) de Andaluzia (Espanha).

Os dirigentes crêem que quanto mais rápido as informações são repassadas, o movimento sindical terá uma capacidade maior de negociação. Para o presidente do Sindiaeroespacial-SP, Edmilson Rogério de Oliveira, o Toquinho, ‘A luta por melhores empregos, salários e condições de trabalho no setor aeroespacial depende fundamentalmente de nossa organização não só no chão de fábrica, mas coletivamente, desde os sindicatos até a cooperação internacional’.

Um dos representantes argentinos no encontro disse que este intercâmbio de idéias não é apenas estimulante, mas necessário. ‘Na Argentina queremos recuperar a indústria aeronáutica e por conta disso temos promovido encontros entre dirigentes da Embraer, CTA e CUT. A integração entre os países é necessária e urgente para o setor’, enfatizou Hugo Perosa, da APA-CTA.

Além das reuniões que acontecem desde o dia 12, na terça-feira os representantes dos trabalhadores fizeram uma visita à Embraer para conhecer de perto indústria brasileira da aviação.

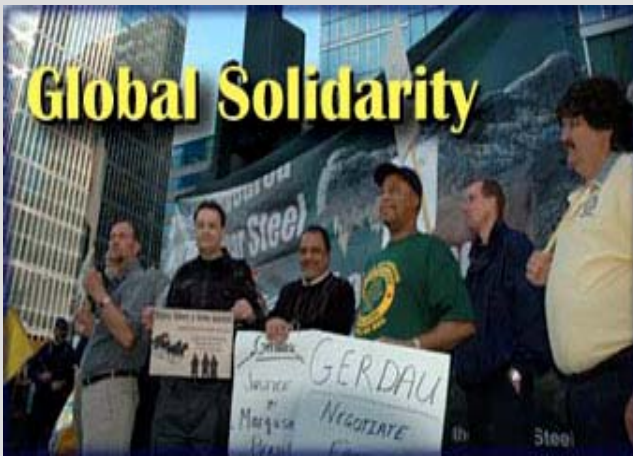
Jorge Pereira, representante da CC.OO disse que os trabalhadores devem se globalizar da mesma forma que a economia, para que aprendam com as experiências dos outros e, assim, estejam mais capacitados para enfrentar os problemas locais

‘A troca de conhecimento e experiência possibilita que os trabalhadores se ajudem a tenham mais e novos argumentos nas negociações com as empresas’, completou Valter Sanches, secretário Geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT). (*Assessoria de Imprensa CNM/CUT, 14.03.2007*)

Gerdau conquista acordo nos EUA

Com apoio da CNM/CUT, trabalhadores na Gerdau conquistam acordo .

Após quase três anos de negociações, a Gerdau Ameristeel e a United Steelworkers (USW) - Sindicato que reúne os trabalhadores do setor siderúrgico nos Estados Unidos - acertaram novos acordos de trabalho para os funcionários de três unidades.



São as plantas de Beaumont (Texas), St. Paul (Minnesota) e Wilton (Iowa). A proposta foi votada na tarde de ontem pelos funcionários das três usinas, que respondem por pouco menos de 30% da produção da Ameristeel.

Os termos dos acordos, que valem até 2010, não foram divulgados, mas foram considerados 'satisfatórios' pelo sindicato, de acordo com Carolyn Kazdin, representante para América Latina da USW. Assim, encerra-se a queda-de-braço iniciada em setembro de 2004, quando o grupo Gerdau adquiriu a North Star Steel da Cargill. Na época, os acordos trabalhistas estavam vencidos.

O recrudescimento das negociações levou a Ameristeel a adotar o locaute - a proibição da entrada dos funcionários no local de trabalho - em Beaumont entre maio e dezembro de 2005. Funcionários de outras unidades da Ameristeel também discutiam a possibilidade de realização de greve.

Em pelo menos duas ocasiões, representantes dos trabalhadores estiveram no Brasil para tentar um encontro com a direção da empresa, sem sucesso.

Nos EUA não há legislação trabalhista e os acordos são efetuados diretamente entre as companhias e seus funcionários. A USW informava na época que a Gerdau pretendia reduzir salários e cortar benefícios como seguro saúde e plano de aposentadoria. A Gerdau ainda tem pela frente negociações nas unidades de Calvert City (Kentucky) Joliet (Illinois) Sand Springs (Oklahoma) e Whitby (Canadá), cujos contratos também venceram. A Ameristeel tem 19 usinas nos EUA e Canadá e produz mais de 9 milhões de toneladas por ano.

Entre essas unidades, a próxima a voltar a mesa de negociações será a de Joliet no dia 13 de março. Para a planta de Sand Springs, ainda não há uma data definida, mas a Gerdau já tem planos de refazer uma proposta salarial.

Jim Stewart, um dos negociadores que representou os trabalhadores nas reuniões com a empresa disse que 'realmente foi uma grande vitória e um passo importantíssimo para fechar os demais acordos'.

Pete Savoy, presidente da USW em Beaumont diz que agora 'os trabalhadores de Beaumont podem voltar ao trabalho com respeito e dignidade'.

Em nota, os dirigentes da USW e os trabalhadores da Gerdau nos EUA agradeceram ainda o apoio da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) e os sindicatos do Brasil pela 'solidariedade concreta, com estratégia forte e companheirismo total' durante as negociações. (*Valor e Assessoria de Imprensa CNM/CUT, 09.03.2007*)

Trabalhadores conquistam fundos de aposentadoria e de saúde na Gerdau dos EUA

A Gerdau Ameristeel teve que desembolsar US\$ 12 milhões para concluir as negociações dos novos acordos de trabalho das unidades de Beaumont (Texas), St. Paul (Minnesota) e Wilton (Iowa). A subsidiária da Gerdau na América do Norte concordou com a criação de fundos para financiamento e complementação de planos de saúde e de aposentadoria para os funcionários de Beaumont (US\$ 7 milhões) e Wilton (US\$ 5 milhões). St. Paul já possui fontes de recursos para pagamento dessas despesas.

A Ameristeel não fará nenhum aporte adicional nos fundos até 2010, quando expiram os novos acordos aprovados na quinta-feira passada. A criação dos fundos estava na pauta de reivindicações da USW (central sindical que representa os trabalhadores de siderurgia nos EUA) desde o início das negociações, há mais de dois anos, afirmou ao Valor Jim Stewart, diretor de negociações do sindicato. Segundo o diretor do sindicato, foi acertado também o aumento no prêmio por produtividade, entre 18% e 25%, dependendo da unidade. Como não há legislação trabalhista nos EUA, as companhias são responsáveis pela confecção de acordos com seus funcionários.

As demais exigências dos trabalhadores - as mesmas desde o começo da queda de braço entre o sindicato e a direção da empresa - foram integralmente atendidas. 'As negociações se arrastaram por mais de doze meses, mas, a partir de outubro, ganharam velocidade', afirmou Stewart. Ela disse acreditar que outras unidades da Ameristeel no Kentucky, Illinois, Oklahoma e no Canadá também devam fechar a renovação dos acordos nos próximos meses.

Sindicalistas atacam concessões a ricos na OMC

Sindicatos de 153 países pedem que Brasil e outras economias emergentes não façam concessões no setor industrial para impedir que a abertura da economia provoque desemprego. O apelo foi feito ontem em um comunicado assinado também pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Segundo os sindicalistas brasileiros, as exigências dos Estados Unidos e da Europa na Organização Mundial do Comércio (OMC) poderiam eliminar até 2 milhões de postos de trabalho no Brasil.

Os representantes da CUT também estiveram reunidos com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, para fazer o mesmo alerta. Na avaliação da entidade, os empregos que serão criados numa eventual abertura dos mercados agrícolas para as exportações brasileiras não serão suficientes para compensar perdas no setor industrial se as propostas dos Estados Unidos e Europa forem acatadas nas negociações da Rodada Doha da OMC.

O argumento é de que haverá mais postos de trabalho eliminados com uma liberalização no setor industrial do que o número de empregos criados na agricultura. Os países ricos pressionam os mercados emergentes na OMC para que abram seus mercados a produtos industriais como forma de pagamento pelas concessões no setor agrícola. A negociação, porém, vive um momento de impasse, já que os países ricos estão evitando oferecer aberturas de seus mercados que signifiquem um real aumento das exportações brasileiras ou de outros países emergentes.

Para os sindicatos reunidos em Genebra, os países em desenvolvimento já fizeram concessões nos anos 90 durante a Rodada Uruguai. "Naquela época, perdemos 3 milhões de postos de trabalho com a abertura na economia brasileira", disse um representante da CUT.

Desta vez, o chanceler Celso Amorim deixou claro que o governo pretende criar linhas de crédito para financiar os setores que serão afetados pelo corte de tarifas de importação. O plano está sendo discutido com o Ministério da Fazenda. Para os sindicalistas, as promessas não são suficientes. Uma das críticas é de que o governo não está sendo transparente em relação ao que está disposto a oferecer aos países ricos. (Jamil Chade) (*O Estado de S. Paulo*, 10.03.2007)

AFL-CIO vai lutar contra renovação da TPA

A AFL-CIO (maior confederação americana de sindicatos) ampliou suas críticas à política comercial dos Estados Unidos ontem, informando que os legisladores devem reestruturar tudo nos tratados de livre comércio, desde os regulamentos ambientais às normas de compras do governo. As mudanças vão além das proteções trabalhistas que o governo Bush e os legisladores estão negociando. Sem essas alterações, a maior confederação americana de sindicatos de trabalhadores informou que trabalhará para derrotar qualquer prorrogação da autoridade de promoção comercial (TPA) para o presidente George W. Bush.

"Queremos estabelecer um novo curso, e uma nova direção para o comércio, para deixar a globalização realizar seu potencial", disse Leo Gerard, presidente da United Steelworkers, um dos sindicatos membros da AFL-CIO. "Estamos preparados para apoiar os acordos comerciais racionais", disse Gerard.

As exigências dos sindicatos, aprovadas ontem na reunião do conselho executivo da federação em Las Vegas, ressaltam as dificuldades que Bush enfrenta para renovar a autoridade de promoção comercial, conhecida como "fast track", no Congresso controlado pelo Partido Democrata.

Os membros da AFL-CIO, como o United Auto Workers, foram dos que mais contribuíram para a campanha eleitoral do Partido Democrata em 2006, conforme os registros da eleição analisados pelo PoliticalMoneyLine, um website que rastreia as contribuições políticas.

O "fast track", que expira em 30 de junho, permite ao presidente negociar acordos comerciais que o Congresso deve aceitar ou rejeitar sem emendas. O processo facilita as negociações assegurando aos sócios comerciais que o Congresso não poderá mudar os resultados. Os sindicatos e muitos democratas culpam os acordos comerciais vigentes, incluindo o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Alcan), pelo déficit comercial recorde norte-americano, que chegou a US\$ 764 bilhões no ano passado.

Sem a autoridade de promoção comercial, os EUA não poderão concluir as negociações na mais recente rodada de conversações da Organização Mundial do Comércio, disse a representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab, mês passado. Também pendentes estão as negociações com Emirados Árabes Unidos e Coreia do Sul.

O democrata Charles Rangel, chairman da Comissão de Finanças da Câmara dos Representantes, está negociando proteções trabalhistas mais severas para os acordos comerciais pendentes com o Peru, Panamá e Colômbia, uma solução conciliatória que segundo ele pode assentar a base para a prorrogação do "fast track". Essas conversações fracassaram, em parte por causa da postura crítica que a AFL-CIO tomou em relação à proposta trabalhista apresentada por Susan Schwab, representante do Comércio dos EUA (Bloomberg News) (*Gazeta Mercantil*, 07.03.2007)

Sindicalistas frustram plano de Bush na Colômbia

A perseguição a líderes sindicais na Colômbia promete ser uma pedra no sapato do presidente americano, George Bush, ao chegar hoje em Bogotá. Os recortes do país mais perigoso para defensores dos direitos trabalhistas, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), podem se transformar num empecilho às negociações do Tratado de Livre Comércio com o presidente colombiano, Álvaro Uribe. Sobretudo com um Congresso democrata em Washington.



Bush chega ao país para tratar da ajuda financeira ao combate ao narcotráfico e da proposta de acordo comercial em meio a ameaças das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Mas é dentro de casa que pode ser derrotado nas suas ambições econômicas com a nação aliada. O republicano pretende usar a viagem para pressionar o Congresso. No entanto, na semana passada, líderes democratas disseram-se preocupados com as mortes de sindicalistas na Colômbia e ameaçaram não aprovar o plano do presidente.

O acordo de livre comércio com os EUA é uma bandeira do governo Uribe. Os sindicalistas, no entanto, gostam de citar como exemplo a economia mexicana, arrasada depois de tratado semelhante com Washington.

- É um acordo que não favorece a indústria nacional e que mina nossa soberania. Com este tratado, teremos mais desemprego e produção dominada pelas multinacionais - argumenta Ramón Ribeira, diretor de Relações Internacionais da Central Única de Trabalhadores (CUT) da Colômbia.

O sindicalista, que recebeu deputados americanos recentemente, lembra que a comunidade latina dos EUA votou em peso nos democratas nas eleições de novembro, que deram o Congresso à oposição.

- Os democratas não vão firmar este acordo do jeito que está. Antes, será preciso discutir a perseguição a sindicalistas e incluir cláusulas trabalhistas e ambientais no tratado. (Clara Cavour)

O país mais perigoso do mundo para trabalhadores

Mais de 800 líderes sindicais foram assassinados nos últimos seis anos. Em 2006, foram 58. A CUT registra ainda outros 500 casos de intimidação, ameaças e perseguição aos trabalhadores.

Os números colocam o país no topo da lista negra da OIT, apesar do presidente prometer, em todo 1º de maio, que a Colômbia terá, um dia, orgulho de não ter nenhum líder sindical morto.

A CUT, no entanto, acusa o próprio governo de estar por trás dos assassinatos. Ribeira conta que a central sindical foi à Organização dos Estados Americanos denunciar autoridades colombianas que teriam pago a paramilitares, militantes de direita, para matarem trabalhadores envolvidos com o movimento sindicalista.

- Os casos são uma controvérsia para um país que deseja assinar um tratado de livre comércio - explica Thea Lee, diretor em Washington da AFL-CIO, união de sindicatos internacionais que reúne 9 milhões de trabalhadores.

As ameaças mais frequentes ocorrem contra empregados de áreas rurais, onde trabalham em péssimas condições e com o poder nas mãos de milícias. Este foi o caso de três mineiros mortos em 2001. Eles trabalhavam para a Drummond, uma companhia de carvão americana com filial na Colômbia, e foram assassinados quando desciam do ônibus da empresa. Na segunda-feira passada, um juiz do Alabama autorizou a abertura de um processo civil contra um representante da empresa baseado em Birmingham acusado de envolvimento nas mortes.

O diretor de direitos humanos da CUT colombiana, Leonardo Cabana, considera vergonhosa a demora para a solução de casos como o dos mineiros e lembra de Jorge Abril Parra, assassinado com dois tiros na cabeça no ano passado quando ia para o trabalho. Depois da morte, 25 trabalhadores da companhia de metal para a qual trabalhava aceitaram uma oferta de aposentadoria. (*Jornal do Brasil, 11.03.2007*)